



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**RACISMO NA MÍDIA E A REPRESENTATIVIDADE (OU
NÃO) DE MV BILL**

NATASHA ÍSIS RODRIGUES DA SILVA

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**RACISMO NA MÍDIA E A REPRESENTATIVIDADE (OU
NÃO) DE MV BILL**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

NATASHA ÍSIS RODRIGUES DA SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Liv Rebecca Sovik

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Racismo na mídia e a representatividade (ou não) de MV Bill**, elaborada por Natasha Ísis Rodrigues da Silva.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profª. Dra. Liv Rebecca Sovik
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Fernando Mansur
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profª. Dra. Ilana Strozenberg
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Natasha Ísis Rodrigues da.

Racismo na mídia e a representatividade (ou não) de MV Bill.
Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO.

Orientadora: Liv Rebecca Sovik

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que todo dia insistem em me fazer acreditar que sou capaz de fazer qualquer coisa.

A minha irmã, que nunca deixou ninguém me dizer que eu não era boa o suficiente para algo.

A minha orientadora, professora Liv Sovik, pela paciência e confiança.

Aos meus amigos do primeiro período de ECO, pelo afeto de anos que superou distâncias e habilitações.

Às amigas Taísa e Taís, pelo apoio de toda a vida.

A Gabi, Beatriz, Mariana, Caio e Taysa, que são pessoas tão incríveis que tiveram a paciência de me ouvir e me ajudar nesse difícil processo de fazer monografia.

A todos os professores com que tive a sorte de ter aula na minha vida escolar e universitária. Sem dúvidas, é por causa deles que hoje consigo me formar em Jornalismo.

SILVA, Natasha Ísis Rodrigues da. **Racismo na mídia e a representatividade (ou não) de MV Bill**. Orientadora: Liv Rebecca Sovik. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho faz uma relação entre o conteúdo disseminado pela mídia brasileira e a manutenção do racismo no ideário social. Procura-se demonstrar como a ausência de estímulos dos meios de comunicação no sentido de um debate sobre o racismo institucional só contribui para a penetração do preconceito em outras esferas. Como exemplos da realidade racista em que vive o Brasil, são fornecidos dados estatísticos sobre homicídios e informações detalhadas sobre a contribuição da mídia no vácuo de informações sobre esse assunto. A questão da invisibilidade da população negra nos meios de comunicação também é abordada. Além disso, o projeto dedica um capítulo à análise da imagem do *rapper* MV Bill, que voluntariamente tomou a posição de representante da população negra e das favelas ao se expor para o universo midiático.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. VIOLÊNCIA COM COR.....	12
3. AS MANEIRAS DE SE FAZER RACISMO NA MÍDIA.....	25
3.1 Comunicação e invisibilidade.....	27
3.2 As tendências da mídia impressa.....	32
4. “MENSAGEIRO DA VERDADE”: O CASO DE MV BILL.....	39
5. CONCLUSÃO.....	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Para muitos, admitir que a sociedade brasileira é racista ainda é algo impensável. O racismo no Brasil está fora de questão quando se trata do que está escrito na Constituição, mas quando essas determinações são colocadas em prática, a realidade que se mostra é outra. O exercício das leis tem caráter racista, seja nas ruas, no tribunal ou nas cadeias, o que é algo facilmente comprovado através de pesquisas e dados demográficos. Por outro lado, não é tão simples chamar atenção para o fato de que não é o suficiente existir um texto jurídico que garanta a igualdade, pelo simples fato de que ele pode servir como um lugar para onde correr quando se fala de uma cultura do racismo no Brasil, o país onde a miscigenação aproximou civilizações inteiras.

Para combater essa realidade desigual, é preciso voltar para as origens do racismo na História do nosso país, é claro, mas também jogar luz sobre a dinâmica que permite a sua existência nos dias de hoje, quando ainda nem temos à vista um quadro de superação. Considerando que o racismo se baseia na ideia de uma hierarquia social, uma forma de saber por onde começar a derrubar essa pirâmide é pensar nos elementos que a mantêm de pé, solidamente construída, tantos anos depois de um teórico entendimento internacional de que a humanidade é igual em suas individualidades e culturas.

Por mais que, na posição de estudante de Comunicação, não seja agradável admitir, a mídia é um elemento-chave na consolidação do racismo. São muitos os estudiosos que comprovam a influência dos meios de comunicação na maneira que as pessoas se relacionam. Os jornais, revistas e programas de televisão disseminam produtos que pretendem, muitas vezes, retratar a sociedade em que se inserem, mas essa interação entre comunicação e sociedade não é unilateral, como afirma a Teoria da Agulha Hipodérmica:

Diante dos resultados obtidos e do conceito de sociedade de massa, chegou-se à conclusão de que qualquer conteúdo exibido pela mídia atingiria os indivíduos de maneira uniforme. Todos os receptores responderiam às mensagens midiáticas sem questionar ou sugerir visões diferentes, como robôs. Assim, enxergou-se a mídia como uma arma poderosíssima, capaz de moldar a opinião pública conforme os interesses do comunicador. Deu-se a essa ideia o nome de "teoria hipodérmica" ou "teoria da bala mágica". (TORRES, 2003. P.1)¹

¹ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/gue0204200396.htm>. Acesso em 2 de dezembro de 2013.

Como foi rapidamente reconhecido pelos acadêmicos da Comunicação que elaboraram as teorias seguintes, a relação entre os meios e a mídia não se dá de forma tão simplista quanto a teoria mencionada sugere. Não há posições fixas de emissor e receptor nesse contexto, pelo contrário: se trata de uma troca. A sociedade exige posições dos meios de comunicação que, de certa forma, oferecem um serviço à população. Ao mesmo tempo, a opinião pública é influenciada pelo conteúdo divulgado pela mídia em diversos níveis, mas, notadamente, no campo político e comportamental.

No que diz respeito à influência no comportamento social, não é preciso ser um estudioso da área para identificar as pequenas, porém significativas referências desses produtos no cotidiano. Entre os muitos exemplos possíveis, os mais óbvios podem ser encontrados nos cortes e cores de cabelo que levam seus nomes por serem escolhidos por âncoras de telejornal; bordões usados em novelas e *reality shows* são frequentemente incorporados ao linguajar da população e nomes de personagens de filmes viram a escolha número um dos pais que estão esperando bebês.

A influência da mídia na vida pública e privada é mais forte do que muitos indivíduos gostariam de admitir. Da parte dos meios de comunicação, admitir esse poder também é algo complicado, já que isso também significa ter grandes responsabilidades com relação ao conteúdo veiculado, principalmente no exercício de uma Comunicação com responsabilidade social e política. É a função desse campo o que esclarece Venício Artur de Lima, fazendo uma ponte com o ensaio *Extensão ou Comunicação?*, do educador brasileiro Paulo Freire:

Freire recorre à raiz semântica da palavra comunicação e nela inclui a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação. Para ele, comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediado pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda “relação de poder” fica excluída. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. A comunicação passa a ser, portanto, por definição, dialógica, vale dizer, “de mão dupla”, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de ser informado e o direito de acesso aos meios necessários à plena liberdade de expressão (LIMA, 2011, p. 240).

No Brasil, a Comunicação tem o agravante de ser encabeçada por empresas em grande parte lideradas por famílias com valores ideológicos bem definidos. Isso se torna um empecilho por refletir no produto midiático oferecido pelos veículos coordenados por

essas empresas os preconceitos das pessoas envolvidas, movimento justificado pelo que se chama de “orientação editorial”. Surge aí a brecha para o surgimento do racismo na mídia.

Com o poder de influenciar na política e no comportamento social, a mídia pode ser considerada um dos pilares de sustentação do racismo no Brasil. A partir de pesquisas realizadas com o objetivo de monitorar a influência no debate sobre racismo, além do seu trabalho na propagação de imagens estereotipadas que reforçam esse preconceito, este trabalho busca construir uma ponte concreta entre a mídia brasileira e o racismo que faz parte não só do cotidiano da sociedade, mas também das estruturas de poder, que impedem a mobilidade social por falta de políticas públicas que combatam essa realidade.

O primeiro capítulo desta monografia se dedica à comprovação da existência do racismo no país. Primeiramente, o formato do racismo no Brasil é definido de acordo com teorias sobre racismo de diversos autores. Em seguida, dados fornecem uma noção mais técnica de como esse preconceito se desenvolve de forma concreta. Nesse momento, foram usados como fontes de pesquisa os “Mapas da Violência”², principalmente os mais recentes. Esses trabalhos procuram contribuir para a construção de uma visão mais clara sobre quem são as pessoas que mais sofrem com a violência no Brasil, um país conhecido internacionalmente pelas altas taxas de homicídio. Entre os padrões observados pelas pesquisas estão a cor da pele e a idade das vítimas, o que torna possível concluir que a violência também está marcada pelo racismo.

O segundo capítulo se trata de um estudo do papel da mídia na manutenção e expansão da ideologia racista no Brasil. É observada principalmente a contribuição dos meios de comunicação para a permanência da população negra em uma situação de invisibilidade, o que acaba sendo uma forma de violência simbólica a partir do momento em que a falta de representação adequada nos espaços de expressão cultural e afirmação social marginalizam ainda mais essa população e a sua cultura. É importante ressaltar que em nenhum momento há a sugestão de que essas atitudes são tomadas com a orientada intenção de se estimular um comportamento racista na população, mas o fato de essa atitude ser recorrente nos meios de comunicação sem haver uma política interna que determina ou exige isso de seus profissionais mostra apenas o quão banalizada é a discussão sobre o racismo verificado na mídia. Em um segundo momento dentro desse mesmo capítulo, uma pesquisa de monitoramento da ação da mídia mostra como esse

² Trabalho realizado por Julio Jacobo Waiselfisz. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>.

racismo se manifesta de forma concreta na mídia impressa, foco do estudo realizado pela ANDI a qual o subcapítulo faz referência.

O terceiro e último capítulo da pesquisa realizada para este trabalho pretende fazer uma análise sobre o *rapper* MV Bill e a sua representatividade com relação ao povo negro e das favelas, que nos capítulos anteriores se destacam como as maiores vítimas de todas as instâncias do racismo. MV Bill levantou muitas polêmicas e chamou grande atenção midiática ao se declarar uma voz que trazia a verdade dessa população excluída para a mídia, a quem sempre criticou por não dar atenção para as mazelas do seu povo. Bill se colocou nessa posição, se classificando como *rapper*, escritor, ator e ativista social, mas as suas atitudes nem sempre refletiram esse seu compromisso com os círculos de militância, dos quais ele já declarou ter se afastado (ao mesmo tempo em que se aproxima dos círculos midiáticos), apesar de ainda se considerar um representante do povo negro e favelado. Não se trata de uma análise sobre a sua personalidade, mas sim de suas aparições como pessoa pública e representante autodenominado de uma população que sofre cotidianamente com o preconceito.

Por último, é importante reforçar a intenção deste trabalho, que tem por finalidade fornecer um leque de informações que ajude a refletir sobre a influência da mídia na construção e manutenção de uma sociedade racista, com foco no caso brasileiro.

2. VIOLÊNCIA COM COR

“Ser e viver negro não é uma peripécia comum na vida ocidental.”

(Abdias Nascimento)

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. Ao longo do tempo em que a prática ainda era legal, importamos quatro milhões de escravos africanos, o que coloca o país na nada agradável primeira posição no ranking do tráfico negro. Essa estatística é apenas uma das indicações do inegável peso da História na sociedade brasileira. Admitir que no nosso país as relações humanas são influenciadas por preconceitos raciais não é o bastante frente à dimensão real do problema.

A ideia de que o Brasil é uma democracia racial vem sendo desconstruída com o tempo, mas ainda está presente no imaginário de muitos, principalmente quando se observa a imagem de si mesmo que o país tenta exportar. Essa forma de pensar as relações sociais brasileiras surgiu com a obra de Gilberto Freyre, onde é destacada a importância da miscigenação cultural. Para Freyre, o Brasil estaria livre da possibilidade de uma sociedade racista por conta da proximidade entre as raças, acostumadas a interagir em diferentes níveis desde a época da escravidão.

Essa exaltação da cordialidade e aparente igualdade social observada por Freyre foi uma boa forma de se fechar os olhos para o racismo existente no país. Em tempo, ela foi contestada, principalmente pelo fato de, dentro dessa teoria, não serem observadas as relações de poder e dominação existentes na interação social entre as raças. É o que salienta Kabengele Munanga:

Freyre não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre os senhores e escravos, do qual surgiram os primeiros mestiços. Sua análise, como escreve Thomas Skidmore, servia principalmente para reforçar o ideal do branqueamento, mostrando de maneira vivida que a elite (primitivamente branca) adquiria preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala). (MUNANGA, 1999, p. 133)

O racismo pode ser definido como uma ideologia ou fenômeno de discriminação negativa que se baseia no estabelecimento de níveis de superioridade entre os indivíduos e os grupamentos humanos a partir de características físicas. Essa forma de pensar divide a sociedade em grupos fortemente conectados a estereótipos, cujas particularidades são

construídas a partir de subjetividades e preconceitos que são passados de geração para geração, tendo como fontes apenas opiniões particulares, sem nenhum respaldo científico.

Com uma ampla abrangência, o fenômeno do racismo se manifesta de diferentes maneiras, indo além da esfera pessoal e das relações interpessoais, podendo agir também em ambientes culturais e políticos. O racismo também pode operar em objetos socialmente construídos que, supostamente, seriam pautados pela ética. Nesse caso, se torna evidente a capacidade dessa ideologia se aproveitar desse instrumento para reforçar sua influência social, como se verifica nos meios de comunicação. Por se utilizar de diferentes caminhos para se desenvolver e perpetuar estruturas hegemônicas de privilégios baseados na aparência, o racismo pode ser considerado também um sistema, atuando nos níveis pessoal/internalizado, interpessoal e institucional (JONES, s/data, p. 10).

Uma série de características comuns observadas nas sociedades da diáspora africana, como é o caso da brasileira, permite reconhecer um padrão definido pelo surgimento de um racismo fortemente institucionalizado, seguindo o conceito do sociólogo e historiador W.E.B. Du Bois da “linha de cor”³. De acordo com essa teoria, existe uma divisão explícita na hierarquia social com base em características físicas dos indivíduos. Os aspectos visuais que determinam a discriminação variam conforme a sociedade estudada, indo desde a cor da pele, uma das características mais comumente observadas nesse processo, até o tipo de cabelo e formatos de nariz e boca. As diferentes variações possíveis de cada fenótipo permitem alguma flexibilidade, mas o lugar de privilégio social está sempre reservado para pessoas com traços associados ao tipo físico ligado ao mais alto lugar da hierarquia social, como é o caso da pele de cor branca ou que tende para um tom mais claro em sociedades onde a cor negra é a mais prejudicada dentro da lógica racista baseada na cor da pele.

Em muitas sociedades, assim como na brasileira, a pirâmide hierárquica social tem como primeiro ponto de segregação a cor da pele. Em seguida vêm outros aspectos da identidade humana, como gênero e posição financeira. Essas subdivisões têm grande força normativa, sempre com base em teorias de moralidade e comportamentos “aceitáveis”, principalmente quando se trata das múltiplas orientações sexuais que uma pessoa pode ter. Dentre as identidades humanas mais recorrentes, a que historicamente ocupa a posição de maior privilégio é a masculinidade heterossexual, que situa-se no mais destacado nível de

³ “O problema do século XX é o problema da linha de cor.” - DU BOIS, W.E.B. As almas da gente negra. Publicado em 1903. Editora Lacerda, 1999.

superioridade, independente do pólo da linha de cor que se esteja observando. Sob essa ótica, as diferentes expressões do feminino e outras formas de sexualidade ficarão sempre em desvantagem.

Ainda assim, a questão racial é mais marcante. As pessoas de pele escura parecem ter sua aparência ligada a um destino mais difícil, precisando assim enfrentar mais obstáculos e empreender mais esforço para alcançar o pleno acesso aos bens materiais e a inserção social e política. Isso se dá pelo fato dessas pessoas ocuparem o lugar mais desvalorizado da mencionada linha de cor. Conclui-se então que pessoas negras com orientações sexuais que não condizem com a normal moral serão vistas como duplamente inferiores no esquema hierárquico de organização social baseado no preconceito institucional, assim como as mulheres negras estarão sempre em posição inferior com relação aos homens da mesma cor.

A linha de cor de Du Bois explica muito bem a desigualdade social no Brasil. Esse conceito permite a formulação concreta de um mecanismo real de subordinação racial que coloca os indivíduos de pele mais escura em enorme desvantagem no acesso à riqueza. Não ter condições financeiras por aqui também significa o afastamento de uma educação de qualidade, serviços públicos, atividades culturais, cuidados básicos de saúde, oportunidades no mercado de trabalho, segurança e justiça social. Se trata praticamente de uma negação do direito à vida com base na aparência.

Dados da quarta edição da pesquisa “Retrato das Desigualdades” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizada em 2011, dão um panorama geral da realidade dos brasileiros de acordo com seu sexo biológico e raça/cor. Os indicadores apresentados são fruto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo mostra que, como era de se imaginar, homens brancos tinham a mais elevada renda média do país em 2009, recebendo cerca de R\$1.491,00. A segunda maior cifra era a das mulheres brancas, com R\$ 957,00. Seguindo a lógica anteriormente explicada, a pesquisa mostrava que homens e mulheres negro/as tinham as menores rendas médias da população, com R\$ 833,50 e R\$ 544,40, respectivamente.

Confirmando a tendência apresentada por essas informações, o número de indivíduos considerados indigentes e pobres mantém o mesmo padrão de sexo e cor/raça. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do mesmo ano de 2009 mostra que homens e mulheres negras têm o maior percentual de pessoas cujas rendas familiares

podem caracterizá-los como indigentes e pobres. Foram considerados indigentes aqueles com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e pobres os que possuem tal renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Os dados apontam a parcela das mulheres negras aquela que tem a maior participação nessa população, responsáveis por 35,7% do total de indigentes e 33,7% do total de pobres. No caso dos homens negros, 26,9% eram indigentes e 33%, pobres.

Os dados fornecidos até aqui dão alguma dimensão de como é ser uma pessoa negra no Brasil. No entanto, as pesquisas e relatórios sobre o racismo vão além, permitindo afirmar que, além de ser mais difícil viver sendo negro/a, também é mais difícil sobreviver. A violência contra a população negra no Brasil é especialmente forte também por sua natureza institucional, que criminaliza a raça negra através de mecanismos da mídia e repressão policial específica. Os números divulgados por estudos como os “Mapas da Violência”, mapeamentos anuais sobre a violência no país realizados pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, não deixam dúvidas e, além disso, são a prova concreta da atual ocorrência de um genocídio da juventude negra no país.

A quarta edição da pesquisa “Retrato das desigualdades de gênero e raça” trata pela primeira vez das diferenças de cor/raça e gênero na vitimização. Essa novidade é fruto de um levantamento específico feito pelo IBGE intitulado “Suplemento de Vitimização e Acesso à Justiça”, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Os dados são de 2009 e, por isso, menos atuais se comparados aos Mapas da Violência que saíram recentemente, mas não deixam de ser informações dignas de nota.

Os achados do estudo apontam que, em 2009, uma pequena parcela da população declarou ter sido vítima de agressões físicas. Não há muita variação ligada à raça nesse aspecto, já que esse tipo de violência alcançava 1,3% dos brancos, 1,8% dos negros, 1,8% dos homens e 1,3% das mulheres⁴. Ainda assim, o texto destaca a existência de fenômenos nesse campo que chamam a atenção para questões da violência doméstica e violência contra a população negra.

É importante ressaltar que os dados divulgados por essa pesquisa não entram no assunto das agressões fatais, onde há maiores evidências do que se chama de mortalidade seletiva da população. Essa realidade é apropriadamente retratada nas pesquisas feitas pela equipe dos Mapas da Violência, como veremos a seguir.

⁴ Retrato das desigualdades de gênero e raça. IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 7 de novembro de 2013.

As principais informações que constituem os Mapas da Violência são retiradas do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), órgão da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Considerando que os estudos em questão fazem referência aos diferentes tipos de violência no Brasil, notadamente com um foco maior nos homicídios, é importante destacar a metodologia utilizada por eles.

A definição de causa da morte nas certidões de óbito é uma exigência da legislação brasileira. O sistema de classificação utilizado segue as determinações da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Desde 1996, o Ministério da Saúde utiliza a décima revisão vigente, chamada CID-10. Dentro dessa classificação, o título “Homicídios” tem como característica principal a agressão. Uma morte é considerada fruto de um homicídio a partir da agressão intencional de terceiros, sendo esta ação a responsável pela morte da vítima. As categorias incluídas nessa definição têm em comum a necessidade de se determinar o meio ou instrumento provocador da morte (estrangulamento, sufocação, disparo de arma de fogo, entre outros) e o local onde ela ocorreu: via pública, instituição, residência, etc.

Esses dados são divulgados desde 1979, mas somente a partir de 1996 se tornou possível construir um panorama racial dos homicídios no Brasil. Nesse ano, começaram a ser divulgadas as informações referentes à raça/cor das vítimas, mesmo ainda existindo uma carência de informações precisas e em quantidade razoável com relação ao todo, o chamado sub-registro. Somente em 2002 se chegou a um nível de informação que permitiu a construção de uma análise verdadeiramente concreta. Nesse ano, mais de 90% dos registros de homicídio já tinham a identificação de raça/cor da vítima, permitindo observar que, no Brasil, os homicídios e a violência são, sim, marcados pela cor.

O Mapa da Violência categoriza como negro o somatório das categorias preto e pardo utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No entanto, a categorização da cor é uma questão delicada dentro desse estudo. As pesquisas utilizadas no mapa são o Censo do IBGE e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. A fonte dessas informações são entrevistas com a população, onde as pessoas entrevistadas são levadas a se auto classificar, reconhecendo pertencer a uma das cinco categorias seguintes: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Por outro lado, a raça/cor registrada nas certidões de óbito são, muitas vezes, resultado de uma observação feita por um agente externo ou uma documentação prévia, sempre levando em conta as categorias determinadas pelo IBGE.

Considerando a metodologia utilizada pelos pesquisadores do Mapa da Violência, é possível concluir que os números divulgados não são absolutos, mas podem facilmente servir de base para determinar tendências sociais por proximidade.

O “Mapa da Violência 2012 - A cor dos homicídios no Brasil” estudou os números disponibilizados pelo Sistema de Informações de Mortalidade desde 2002 e constatou que, observando o país como um todo, a tendência geral desde o ano mencionado é de “queda do número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números da população negra”⁵. Isso é um fato no conjunto da população, apesar de ser mais evidente e, devido a isso, grave, na população jovem.

Em 2013, o Mapa da Violência trouxe dados mais atualizados sobre os homicídios no Brasil⁶. O Índice de Desenvolvimento Humano no país registrou uma importante melhoria com a queda da taxa total de mortalidade observada nos últimos anos. Em 1980, esse índice era de 631 por 100 mil habitantes, passando para 608 por 100 mil em 2011. Essa queda de 3,5% na taxa total contrasta com o aumento de 28,5% nas mortes por “causas externas”, causa de morte que também cresceu com grande velocidade na juventude. Define-se como causa externa os fatores não relacionados ao organismo humano que levam à morte do indivíduo, como agressões ou lesões que comprometem fatalmente a saúde. Estão diretamente relacionadas a isso as causas violentas, como homicídios, acidentes de transporte e suicídios.

Voltando ao aspecto racial da mortalidade violenta: entre 2002 e 2011, o número de vítimas consideradas brancas caiu de 18.867 (2002) para 13.895 (2011), gerando uma queda de 26,4%. Por sua vez, a quantidade de vítimas negras cresceu quase na mesma proporção desse decréscimo. Em 2002, 26.952 pessoas negras foram assassinadas, número que aumentou 30,6% em comparação com o registro de 2011, que foi de 35.297 homicídios contra negros. Todos os números levam em conta o conjunto da população.

A predominância de agressões fatais contra a população negra no Brasil fica mais evidente quando se observa a participação de negros e brancos no total de homicídios. A chamada vitimização negra dá um terrível salto entre 2002 e 2011, passando de 42,9% para 153,4% em comparação proporcional com o número de vítimas brancas.

⁵ Mapa da Violência 2012 – A cor dos homicídios no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf. Acesso em 7 de novembro de 2013.

⁶ Mapa da Violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em 7 de novembro de 2013.

Os homicídios também seguem padrões de gênero. No Brasil, essa vitimização violenta é fundamentalmente masculina. Apenas 8% do total de vítimas de homicídios no país são mulheres, cujas mortes têm características bem diferenciadas, sendo a violência doméstica uma das principais causas dessa mortalidade. Com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha em setembro de 2006, foi registrada uma queda de 7,6% da taxa de feminicídios. Infelizmente, essa redução não se manteve, visto que em 2008 os índices voltam a subir e até superam os registros anteriores.

Na década compreendida entre os anos de 2001 e 2011, o número de assassinatos de mulheres aumentou 17,2%, o dobro da porcentagem de homicídios masculinos registrados nessa mesma década, que foi de 8,1%. Dois estados brasileiros se destacaram por ver os homicídios cometidos contra mulheres mais que triplicarem durante a década em questão: Bahia e Paraíba.

O que diferencia as agressões e homicídios contra as mulheres do que ocorre com a população masculina é a sua carga doméstica. De acordo com informações cedidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), somente em 2011 foram atendidas 70.270 mulheres em hospitais e postos de saúde após sofrerem violência física. Desses episódios, 71,8% aconteceram dentro dos domicílios das vítimas e em 43,4% dos casos a agressão partiu do parceiro ou ex-parceiro.

Partindo para uma outra variável dessa análise, a idade das vítimas é também um indicador importante. De acordo com estudos históricos baseados em São Paulo e Rio de Janeiro⁷, há cerca de seis décadas atrás, epidemias eram a principal causa de mortes na juventude. Progressivamente, essa tendência foi mudando, sendo as doenças contagiosas substituídas por mortes em consequência de “causas externas”, principalmente acidentes e homicídios. A mudança foi drástica; em 2011, 73,2% dos óbitos juvenis ocorreram por influência de “causas externas”, sendo os homicídios os maiores responsáveis pelo crescimento dessa mortalidade, com um aumento de 132,1% entre 1980 e 2011 (registros do Sistema de Informações de Mortalidade).

Essa escalada da violência contra a juventude brasileira também tem uma lógica racista. Seguindo a tendência comprovada nos homicídios ocorridos em qualquer idade, os jovens negros são, definitivamente, a parcela da população que mais sofre com a violência no país. O genocídio da juventude negra se torna uma realidade quando se leva em conta

⁷ VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101996000400005&script=sci_arttext. Acesso em 7 de novembro de 2013.

que essa parcela da população é ainda mais afetada pela violência, que parte muitas vezes do próprio Estado. Nas pesquisas feitas pela equipe do Mapa da Violência, se considera como jovem o indivíduo com idade de 15 a 24 anos. A evolução da violência nessa faixa etária respeita os mesmos padrões de cor observados anteriormente. Em 2002, 6.596 jovens brancos foram assassinados; no mesmo ano, 11.321 negros também tiveram suas mortes registradas como homicídios.

Em 2011, a população branca e jovem pôde comemorar uma queda de 39,8% no seu número de vítimas (totalizando 3.973 casos naquele ano), enquanto a população total viu a violência diminuir em uma escala menor, com uma queda de 26,4%. Já a juventude negra sofreu um aumento de 24,1% no seu número de vítimas de homicídio. Em 2011, 13.405 jovens negros foram assassinados.

A discrepância é enorme. A participação de jovens brancos no total de homicídios cometidos contra a juventude brasileira só diminuiu, enquanto a juventude negra vive um genocídio de proporções cada vez maiores. Em 2011, os jovens negros corresponderam a 76,9% do total de homicídios juvenis no Brasil. Nesse ano, morreram proporcionalmente 237,4% a mais de jovens negros do que jovens brancos.

Desde o primeiro Mapa da Violência realizado, em 1998, a violência contra a juventude está em pauta. De lá para cá, as mudanças foram grandes, mas o número de homicídios de jovens continua a preocupar. De acordo com o Mapa da Violência 2013, a taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100 mil jovens há quinze anos atrás, foi para 53,4 pelos mesmos 100 mil jovens. Um dos fragmentos do texto de 1998, que poderia facilmente ter escrito nos dias de hoje, diz:

A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição. (WAISELFISZ, 1998)⁸

Em 2013, a Anistia Internacional liberou mais um dos seus relatórios anuais que, como diz o título, tem como objetivo avaliar o estado dos direitos humanos no mundo. O

⁸ “Mapa da Violência. Os Jovens do Brasil”. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_1.pdf. Acesso em 7 de novembro de 2013.

informe *O estado dos direitos humanos no mundo* deste ano compreende as observações da organização sobre as violações e avanços no campo em 159 países e territórios. No capítulo dedicado ao Brasil, são destacados vários problemas persistentes, mesmo em face da considerável melhoria da situação socioeconômica do país fruto de um novo protagonismo econômico e político a nível internacional, com caráter explicitamente desenvolvimentista. A mortalidade da juventude negra chamou a atenção da organização internacional, que ainda conseguiu visualizar a contribuição das práticas policiais no agravamento desse problema. O seguinte trecho destaca o caráter discriminatório das ações da polícia no Brasil:

Os estados continuaram a adotar práticas policiais repressivas e discriminatórias para enfrentar a violência criminal armada, que matou dezenas de milhares de pessoas. Jovens negros do sexo masculino constituíam um número desproporcional dessas vítimas, sobretudo no Norte e Nordeste do país. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2013)⁹

A ação policial discriminatória é uma das grandes justificativas apresentadas quando se questiona a altíssima mortalidade da juventude negra. As novas estratégias de segurança pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro, são exaltadas pela sua aparente contribuição para a redução da violência nas cidades, assim como a diminuição dos índices de homicídio. No entanto, ao se olhar de perto os números brutos, a constatação é de que, se essas estatísticas estão mais aprazíveis, a melhoria influencia a vida de apenas uma parcela da população, a mais branca. Surge assim o fenômeno da mortalidade seletiva, resultado da associação entre homicídio e cor da pele dos cidadãos, sendo eles predominantemente negros, pobres e jovens.

No Mapa da Violência de 2012 dedicado ao estudo dos padrões raciais observados nos homicídios brasileiros, Waiselfisz alerta para a grave escalada da vitimização negra, que está diretamente ligado à diminuição do número de vítimas brancas. Para Waiselfisz, o que explica essa mudança não é tanto o crescimento no número de mortes na população negra, mas sim a forte queda desse número na população branca, o que só se tornou possível com o contexto social em que vivemos, onde políticas de segurança exaltadas pelo governo são arquitetadas de forma a incidir “diferencialmente nos segmentos da população” (WASELFISZ, 2012, P.40)

⁹ *O estado dos direitos humanos no mundo*. Anistia Internacional, 2013. Disponível em: <http://www.amnesty.org/pt-br/region/brazil/report-2013>. Acesso em 7 de novembro de 2013.

A população negra é criminalizada diariamente por influência de um racismo enraizado na sociedade, reforçado pela mídia e executado em grande medida também pela força policial. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 1997 comparou a distribuição da população de São Paulo e a cor da pele dos indivíduos parados pela polícia no estado. O resultado, infelizmente, é óbvio. Enquanto a população negra correspondia a apenas 25,3% do número total de moradores de São Paulo, 47% das pessoas abordadas pela polícia eram negras, contra 34% de indivíduos abordados identificados como da cor branca e 19% correspondentes a outros grupos (RAMOS, 1997. P. 117).

O sociólogo Ignacio Cano também realizou pesquisas sobre a discriminação racial em ações policiais¹⁰. De acordo com ele, esse racismo fica evidenciado em muitos momentos da interação entre o sistema de segurança pública como um todo e os indivíduos. Entre os exemplos elencados, está a já mencionada escolha da abordagem policial, mas as possibilidades vão além: as decisões de registrar queixa, abrir um inquérito ou processar também podem ser influenciadas pela cor do indivíduo em questão. Caso o processo continue, os membros de grupos raciais vulneráveis também podem ser mais prejudicados com relação a esperar seu julgamento em liberdade. Supondo que a pior das situações se concretize, os preconceitos particulares de juízes e jurados também podem influenciar na sentença final de uma pessoa, optando por penas mais duras e criação de obstáculos para ou retirada de benefícios prisionais. É o que relata Silvia Ramos em seu relatório *Minorias e prevenção da violência*:

Alguns setores da população são particularmente vulneráveis a violências, ou porque as agressões criminais podem assumir configurações específicas quando dirigidas a eles, ou porque são vítimas de criminalidades com dinâmicas próprias. Isso pode ocorrer quando a vítima é homossexual, negra, adolescente, idosa, ou identificada com quaisquer grupos sociais particularmente frágeis diante do crime ou da polícia. (RAMOS, 2002. P. 1)

Para o sistema de segurança pública brasileiro, a violência homicida no país está diretamente ligada às estruturas do crime e do tráfico e, talvez por isso, tantos homicídios também sejam fruto de ações de combate a essa criminalidade. Levando em consideração o caráter racista de grande parte dos homicídios cometidos pelas forças policiais, percebe-se que para essas instituições há uma associação direta entre raça e criminalidade. Essa teoria

¹⁰ CANO, Ignacio. Racial Bias in Lethal Police Action in Brazil, p. 3. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs00/gt15/00gt1531.doc>. Acesso em 7 de novembro de 2013.

é amplamente difundida por toda a sociedade brasileira, que acaba adotando essa correlação racista. Por sua vez, os fatos contradizem essa visão.

Evidências diversas, das quais muitas são órgãos oficiais, mostram que uma enorme parcela dos assassinatos no Brasil acontecem por motivos fúteis. São considerados motivos de ordem fútil “brigas, ciúmes, conflitos entre vizinhos, desavenças, discussões, violências domésticas, desentendimentos no trânsito, dentre outros”¹¹. Em 2012, o Conselho Nacional do Ministério Público divulgou uma pesquisa elaborada para servir de base para a campanha “Conte até dez. Paz. Essa é a atitude.” Essa campanha tinha como objetivo principal alertar para o alto número de homicídios cometidos pelos já mencionados motivos fúteis. As fontes do estudo foram os inquéritos policiais existentes de homicídios dolosos acontecidos nos anos de 2011 e 2012 em 16 unidades da federação. Os resultados mostram que há uma imensa quantidade de casos de homicídio que seguem essas características. Os números mostram que Acre e São Paulo concentravam a maior porcentagem de assassinatos por motivos fúteis ou impulso, com 83% e 82% do número total de inquéritos estudados. Os menores índices foram registrados no Rio Grande do Sul (43%) e Rio de Janeiro (27%).

Outros fatores que pesam nas estatísticas de homicídio são a impunidade e a tolerância institucional. Quando se fala da impunidade como uma contribuição para a violência, normalmente se pensa que os criminosos que não recebem punição continuam a cometer crimes. No entanto, não é isso o que eleva os índices de homicídio. O que acontece é que, por conta das altíssimas taxas de impunidade no Brasil, muitas pessoas acabam recorrendo à velha expressão de “fazer justiça com as próprias mãos”, usando a sua revolta gerada pela falta de eficiência da Justiça como um estímulo para resolver o problema através do extermínio do suspeito ou culpado. Essa tendência é reconhecida por órgãos como o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça, cujos dados internos revelam a dificuldade em se manter uma taxa razoável de eficiência na conclusão de inquéritos. A Associação Brasileira de Criminalística divulgou uma pesquisa realizada em 2011 onde se revela que o índice de elucidação de crimes de homicídio no Brasil varia entre 5% e 8%.

Por último, o fator mais marcante e que é um grande reflexo da hierarquia social baseada no racismo e outros preconceitos, é o da tolerância da violência estrutural. Resumidamente, se trata de um processo onde a sociedade passa a achar a violência não só

¹¹ Mapa da Violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil. P. 93.

algo natural, mas também uma medida necessária para controlar certos setores sociais. Situações que deviam ser vistas como absurdos são recebidas com indiferença. Um caso recente que ilustra bem esse ponto foi a morte de pelo menos 11 pessoas no complexo de favelas da Maré durante uma operação policial conduzida em junho de 2013¹². A Polícia Militar do Rio de Janeiro justificou sua atitude com a declaração de que os mortos eram traficantes e a sociedade não se importou, vendo o episódio com total indiferença, vendo o acontecimento como parte da rotina de qualquer favela.

Essa tolerância extrema da violência estrutural está baseada em preconceitos sociais. O processo se dá através da transformação das vítimas em culpadas pela violência que sofreram, o que acontece com enorme frequência com os setores marginalizados pela sociedade. Negros e pobres são classificados como criminosos e, por isso, morrer com tiros da polícia faz parte do seu destino. O mesmo acontece com adolescentes, que são facilmente enquadrados na classificação de drogados ou marginais. No caso das mulheres que sofrem abusos sexuais, a razão para essa tragédia acontecer é a promiscuidade delas mesmas, que não seguem as normas morais. Homossexuais são agredidos e assassinados por “se exporem demais”, fazendo demonstrações públicas de afeto com seus parceiros, o que não é socialmente aceito a não ser que o casal em questão seja heterossexual. Dentro dessa lógica, a violência, se empregada no local e grupo social certo, é absolutamente justificável. Como aponta Roberto DaMatta:

Mas em sociedades hierarquizadas e pessoalizadas como o Brasil, a gradação e o clientelismo diluem o preconceito que sempre pode ser visto como dirigido contra aquela pessoa e não contra toda uma etnia. Daí a nossa crença em que não temos preconceito racial, mas social, o que, tecnicamente é a mesma coisa. Numa sociedade onde somente agora se admite não existir igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é uma forma muito mais eficiente de discriminar, desde que essas pessoas “saibam” e fiquem no seu lugar (DAMATTA, 2004, p.26).

Mesmo tendo origem histórica, os preconceitos que servem de base para essas atitudes institucionais e padrões de comportamento social não se sustentariam sem um grande apoio dos veículos da mídia. A grande mídia tem um caráter empresarial e familiar que influencia a sua função de disseminadora de informação. Por mais que a imparcialidade seja pregada como regra absoluta nos veículos de comunicação, ela não faz

¹² “Chacina policial teve até morte a facada”, diz moradora da Maré. *Sidney Rezende (SRZD)*, 2013. Link disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/210787>. Acesso em 6 de novembro de 2013.

parte da realidade do sistema. As ideologias e interesses econômicos de cada empresa que faz parte do seleto grupo da grande mídia agem diretamente sobre o conteúdo veiculado que, por sua vez, participa intensamente da construção de identidades e padrões sociais, assim como os estereótipos estabelecidos pela população.

Em seguida, o presente trabalho irá abordar como a mídia atua na manutenção do racismo no ideário da sociedade brasileira a partir de suas formas de atuação, mesmo que esse movimento não seja completamente consciente ou pré-determinado dentro das diferentes estruturas de comunicação observadas.

3. AS MANEIRAS DE SE FAZER RACISMO NA MÍDIA

“A política pública de inclusão da população negra é a política penal”

(Hélio Silva Jr.)

As informações destacadas no primeiro capítulo deste trabalho têm como finalidade demonstrar a extensão dos problemas acarretados pelo racismo, que está fortemente enraizado na sociedade brasileira. Neste segundo momento, o objetivo será explicar a participação da mídia na manutenção desse panorama social, com base em pesquisas realizadas a partir da observação do campo midiático.

Em primeiro lugar, é importante deixar claro que, no campo da Comunicação, as práticas racistas nem sempre se caracterizam pela sua representação explícita nos jornais e demais produtos relacionados à mídia. Muitas vezes, a ação discriminatória se dá a partir da omissão de opiniões ou informações, ou seja, quando não há estímulo ao debate sobre a violência física e simbólica da qual a população negra é alvo. Em outros casos, essa contribuição é evidenciada ao se identificar os variados caminhos utilizados por esses meios de comunicação para reforçar os estereótipos associados ao povo negro, que em geral ajudam a construir imagens prejudiciais sobre essas pessoas. No livro *Micropoderes, macroviolências*, Suzana Varjão faz a seguinte observação sobre o assunto, definindo bem essa questão:

[...] não há evidência de vinculação mecânica, intencional, entre o noticiário negativamente discriminatório e as vítimas afrodescendentes, mas se pode estabelecer uma homologia entre a hierarquia noticiosa e a hierarquia racial [...]. Hierarquia que aprisiona o negro nas tramas de um processo que lhe é, a todos os títulos, desfavorável, com prejuízos permanentes a uma prática de cidadania. (VARJÃO, 2008, P. 168).

Análises realizadas sobre o assunto apontam que, mesmo não existindo políticas internas das empresas de comunicação que explicitamente destaquem e exijam uma posição racista em muitos desses meios, as práticas que dão apoio a essa situação são conduzidas de forma que o conteúdo acabe sendo prejudicial ao permitir que certos temas continuem fora do debate público. Isso é evidente ao se observar como os veículos de comunicação falham em produzir notícias sobre temas relevantes para a população negra ou, quando o fazem, há uma análise muito superficial sobre tais temas. Essa situação pode

ser verificada mais fortemente nos registros sobre violência contra negros e pobres, onde raramente há a associação de agressões físicas ou ações discriminatórias da polícia ao racismo interpessoal ou institucional.

Essa tendência da mídia de evitar alimentar o debate sobre o racismo pode ser explicada por uma preferência pessoal (ou até mesmo inconsciente) de muitos profissionais em separar a correlação entre violência física e violência simbólica. A pesquisa “Imprensa e racismo”, realizada pela ANDI em 2012¹³, utilizou esses conceitos de violência simbólica e violência física como base para estudar as tendências da cobertura jornalística. Como os mesmos conceitos serão usados ao longo deste trabalho, é importante deixar os seus significados explícitos.

A definição de violência simbólica foi desenvolvida a partir do que diz o sociólogo Pierre Bourdieu. Dentro dessa noção, é considerada uma forma de violência qualquer instrumento de saber que legitime ou contribua para a subordinação e controle de um determinado grupamento humano pelo resto do conjunto social. Sendo assim, são exemplos de violência simbólica o não reconhecimento ou impedimento do acesso a direitos sociais básicos de um segmento da população caracterizado por certas condições socioeconômicas, estados sociobiológicos ou socioculturais, se inserindo nesse último as classificações étnicas e raciais.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos ‘habitus’ e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2002. P. 49)

Dessa forma, a violência simbólica, que consiste basicamente na concretização da ideologia racista através de meios sutis, muitas vezes extrapola os limites institucionais e se transforma em violência física. Como foi detalhado no capítulo anterior, o alto grau de vitimização de jovens negros, pobres e do sexo masculino é a prova concreta dessa realidade. Portanto, a já mencionada pesquisa realizada pela ANDI sobre o racismo na imprensa relaciona a formas de violência física às agressões que atinjam exclusivamente a integridade física dos indivíduos, resultando ou não em morte.

¹³ Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Imprensa-e-Racismo_FINAL_14dez-2012.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2013.

3.1 Comunicação e invisibilidade

A existência de um forte racismo no Brasil ainda é um tema considerado tabu, tanto pela falta de debate público sobre o assunto quanto pela dificuldade que diversos setores da sociedade têm em reconhecer e admitir os seus preconceitos, que influenciam tanto as relações interpessoais quanto as instituições. Como afirma Silvia Ramos no livro *Mídia e racismo*, em quase todas as esferas da sociedade brasileira “admitir a existência do racismo gera culpa, ansiedade, impotência, vergonha e raiva; e, de novo, negação” (RAMOS, 2007, p. 7).

Nos últimos anos, felizmente, foi possível perceber um avanço no sentido de buscar o reconhecimento do racismo como problema social, o que levou ao surgimento de iniciativas governamentais e de organizações da sociedade civil com o intuito de promover a redução da desigualdade social originada nos preconceitos raciais, como é o caso da implantação do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Ao passo que essas conquistas ganharam espaço através de, quase sempre, determinações jurídicas, o estudo sobre a participação da mídia na construção desse quadro social se tornou inevitável e muito necessário.

É claro que a mídia não é a única responsável pela reafirmação do racismo na sociedade, mas o seu papel na reprodução das relações raciais no Brasil é marcante. Como em qualquer lugar do mundo, a dinâmica dos meios de comunicação tem papel determinante na organização social, podendo influenciar com intensidade diversa nos âmbitos social, político e econômico. Dessa forma, não é possível sequer visualizar um panorama futuro onde o racismo tenha sido superado sem que, em algum lugar dentro desse processo, o combate aos estereótipos e à discriminação não tenha sido realizado com o apoio e uso dos jornais, televisão e formas de expressão artística.

No caso brasileiro, ter a mídia como aliada é especialmente importante. A nossa sociedade tem uma relação muito intensa com os jornais e a televisão, sendo esses meios fontes de notícias e cultura ao mesmo tempo. Portanto, quando esses veículos seguem o padrão social e não falam sobre a questão racial, os estereótipos e os mecanismos de invisibilidade e negação associados a eles continuam sendo uma realidade concreta, assim como a violência sutil que se aproveita desse quadro para se estabelecer. Quando não se fala sobre esse assunto na grande mídia, as representações raciais carregadas de preconceitos históricos que vigoram no ideário social e as desigualdades oriundas delas são

consideradas algo normal, tendo sua complexidade racionalizada e seus efeitos banalizados.

Por isso, o movimento negro considera um ponto importante de sua pauta política a necessidade de promover a visibilidade do povo negro na mídia. Uma visibilidade justa, onde essa população seja corretamente retratada, se libertando de estereótipos, e tenha espaço para que seus problemas sejam debatidos com a mesma importância que outros grupamentos humanos.

Antes de qualquer coisa, a mídia, como canal de divulgação de mazelas sociais, deveria ver como obrigação ética a inclusão da luta contra o racismo na sua pauta diária – o que não acontece. No momento atual, como já foi dito anteriormente neste mesmo capítulo, a população negra aparece nos meios de comunicação em situações pontuais que, em realidade, só contribuem para a sua estigmatização: em noticiários policiais, associados com a imagem de criminosos; como vítimas de violência, sem se atribuir um caráter racista quando este se aplica; em novelas e outras expressões culturais, onde a cultura negra fica em segundo plano e a posição do personagem negro, em geral, é de subordinado, ocupando posições consideradas inferiores na hierarquia social.

No livro *A negação do Brasil*, o cineasta e pesquisador Joel Zito Aratújo fornece informações detalhadas sobre a representatividade do povo negro em um dos produtos culturais mais consumidos pela população em geral: a telenovela. Mais do que uma simples forma de entretenimento, esses programas se tornaram referências no processo de construção de identidades, o que tornam ainda mais graves os problemas observados no padrão de personagens que integram as histórias em questão.

Uma pesquisa mencionada no livro é um indicador claro do problema de representatividade negra nas telenovelas brasileiras. Realizado entre maio e agosto de 1994, o estudo tinha como objetivo mapear as diferentes formas de identidade e estratégias de comunicação televisiva de afro-brasileiros a partir de questionários respondidos por 35 entidades, lideranças e grupos culturais negros. O trabalho foi realizado com foco em quatro capitais: São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, todas com grande concentração de pessoas negras.

Mesmo sendo realizada há quase vinte anos, a pesquisa revelou questões que podem ser observadas até hoje no aparelho cultural brasileiro. De acordo com os resultados obtidos no primeiro semestre de 1994, a produção direcionada para a televisão não tinha a preocupação de atender o público afro-brasileiro, muito menos de procurar alimentar a

criação de uma imagem positiva para essa população. Quando as organizações da sociedade civil tentavam preencher esse vácuo por conta própria, produzindo vídeos e programas para estimular o orgulho racial dessa grande parcela da população, grandes obstáculos eram encontrados, notadamente com relação à dificuldade de conseguir financiamento e suporte de patrocinadores para a realização de tais projetos. Valorizar a cultura negra, aparentemente, não é visto como um bom investimento.

Ainda dentro da pesquisa realizada por Joel Zito Araújo, uma parte do trabalho se dedicou a reunir impressões sobre a maneira como os meios de comunicação estavam exercendo o seu papel na atividade de representar a sociedade brasileira de maneira justa e contribuir para o debate popular com assuntos de grande relevância. Os entrevistados encontraram uma série de problemas nesse cenário midiático que, como se sabe, até hoje não consegue atender às necessidades do povo brasileiro de maneira correta e igualitária.

Um dos principais problemas observados foi a constante retratação da população negra a partir do uso de estereótipos negativos. Como Joel Zito explora mais intensamente adiante no livro, é muito comum que os papéis reservados para atores negros em novelas e filmes sejam os de pessoas que ocupam cargos de serviços ou personagens cômicos, cuja importância para a trama muitas vezes é reduzida, sendo o espaço do negro no contexto da novela aquele destinado a fornecer apoio para personagens de mais destaque. Outro papel classicamente representado por atores e atrizes afro-brasileiros é o de malandro ou criminoso, estereótipo também reforçado com frequência pelos noticiários televisivos e impressos, como veremos com mais detalhe mais a frente ainda neste capítulo.

Essa questão da propagação do estereótipo do negro é importante no processo de reconhecimento da participação da mídia na reprodução e reforço da ideologia racista na sociedade brasileira. A telenovela tem a pretensão de ser uma versão romantizada do cotidiano. Muitos autores dessas histórias declararam seu compromisso com a sociedade no sentido de inserir temas considerados importantes nas suas obras televisivas para que o debate seja estimulado entre os telespectadores. Sem dúvidas, isso funciona. O relatório social do ano de 2012 da Rede Globo¹⁴, uma das maiores produtoras de telenovelas do mundo, comemorou a repercussão dos temas abordados em suas novelas. De acordo com a emissora, as produções de 2012 contaram com “500 cenas socioeducativas e mais de 1.500

¹⁴ “O cotidiano na tela: novelas aquecem debate sobre grandes causas públicas”. *Rede Globo*, 2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globocidadania/relatorio-social-2012/noticia/2013/10/o-cotidiano-na-tela-novelas-aquecem-debate-sobre-grandes-causas-publicas.html>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

cenas que retrataram questões sociais”. Assuntos como as condições de trabalho de empregadas domésticas, desaparecimento de crianças, homofobia e tráfico de pessoas entraram na pauta estabelecida pelos autores em conjunto com o departamento de Responsabilidade Social. Questões raciais envolvendo a população negra, por sua vez, ficaram de fora da telinha.

As imagens estereotipadas do povo negro são uma herança do imaginário escravocrata, onde aos negros eram designadas posições subalternas sem hipótese de mobilidade por se acreditar de fato que essas pessoas eram inferiores simplesmente por conta de suas aparências. O fato da mídia ainda reproduzir essa imagem da população negra com mais frequência do que qualquer outra só contribui para o aumento da invisibilidade reservada a essa parcela da população. As conquistas e múltiplas capacidades do povo negro não ganham espaço na programação da TV, nem nas manchetes dos jornais.

Associados a problemas sociais como pobreza, fome e criminalidade, os negros são quase considerados responsáveis pelos problemas oriundos da desigualdade da qual são vítimas. No entanto, quando são estabelecidos grupos de debate sobre esses assuntos com o objetivo de realizar transformações acompanhadas de ações de políticas públicas, as lideranças afro-brasileiras raramente são convidadas para participar das conversas. A participação social na esfera do poder público no Brasil já é muito frágil, mas quando se trata de envolver o povo negro na equação que pretende solucionar alguns problemas de base, a proposta parece ser ainda mais difícil.

Por último, o estudo de 1994 mencionado no livro de Joel Zito Araújo destacou como crítica comum do movimento negro o fato da cultura negra não ser considerada parte da cultura popular. Para os militantes desse movimento, entre os empecilhos para se incentivar o orgulho pela raça está o fato da cultura do povo afro-brasileiro ser vista mais como folclore do que parte integrante (e importante) da matriz cultural brasileira como um todo. De fato, há uma tendência de se associar a cultura afro-brasileira com o exotismo, o que torna as expressões culturais desse povo o foco em momentos de lazer, como é o caso da época de Carnaval e das rodas de samba, ao passo que, no resto do ano, essas mesmas formas de expressão são alvo de preconceito. Espaços utilizados por pessoas ligadas à religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, são depredados com triste frequência. A perseguição institucional a esses lugares, comumente chamados de terreiros,

também é uma realidade, já que muitas autoridades se utilizam de seus poderes para dificultar a ocupação religiosa desses espaços¹⁵.

O que há de comum em todas as situações descritas? Os negros continuam a ter suas vozes e lutas ignoradas por grande parte da mídia. Nos veículos de comunicação chamados de “alternativos” essa situação é um pouco diferente, já que essas plataformas têm como objetivo principal servir de, como diz o nome, alternativa à grande mídia, fornecendo conteúdo que não é encontrado com tanta facilidade nos meios com mais popularidade e recursos.

O grande papel social da mídia seria desconstruir essa imagem estereotipada do negro, que só permite que ele ganhe visibilidade caso se encaixe em algum dos modos de vida pré-definidos para ele a partir da sua aparência. Existem inúmeros exemplos de pessoas negras que ocupam outras posições na sociedade, mas as histórias de vida dessas pessoas não são consideradas importantes de acordo com os “critérios de noticiabilidade” racistas que, silenciosamente, são estabelecidos pelas empresas de comunicação.

No livro “Mídia e racismo”, fruto de um seminário de mesmo nome realizado no Rio de Janeiro nas vésperas da Conferência Mundial sobre o Racismo da Organização das Nações Unidas, olhares distintos sobre a relação entre mídia e o preconceito racial foram discutidos entre profissionais da comunicação e estudiosos do tema. Sobre o estereótipo racista que povoa os meios de comunicação no Brasil, Eduardo Henrique Pereira de Oliveira, membro da revista online *Afirma*, disse:

(...) precisamos de uma mídia capaz de expor os exemplos para as pessoas verem os inúmeros campos de atividade ocupados com sucesso por negros. Uma mídia capaz também de desmontar o mito que as sociedades capitalistas geram, de que as pessoas vencem sempre pelo seu esforço individual. Então, o juiz negro é visto sempre como resultado de um esforço sobre-humano ou de um ato heroico, pois ele quis estudar, encarou a vida e pronto. Nós nunca acreditamos que o coletivo acaba tendo um peso sobre a vida das pessoas e sobre a sua trajetória individual. (in RAMOS, 2007. P. 40)

A revista *Afirma* foi criada para gerar conteúdo e disseminar informação de qualidade para e sobre a população negra, definida como o público-alvo da publicação. Para os criadores da *Afirma*, era importante demonstrar como é possível falar do povo

¹⁵ “Perseguição institucional aos terreiros do DF pode acabar nesta segunda”. *Carta Maior*, 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Perseguciao-institucional-aos-terreiros-do-DF-pode-acabar-nesta-segunda-%0d%0a/4/24681>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

negro sem cair no lugar-comum do preconceito onde fica grande parte da mídia, se limitando a mencionar esses indivíduos nas páginas policiais ou de esportes.

É a mesma proposta da pioneira revista *Raça Brasil*, criada em 1996. A *Raça Brasil* foi a primeira revista voltada para o público negro no país. Quando foi lançada, a revista provocou comoção ao ser um sucesso de vendas, revelando um mercado que muitos homens de negócios preferiam ignorar por não ver ali potencial de retorno financeiro. Com o passar do tempo, os integrantes da revista perceberam que os números começaram a cair, levando-os a se questionar o que estavam fazendo de errado para que o público que antes havia demonstrado estar ávido por um produto cultural que atendesse as suas necessidades não estava mais comprando a revista. Após reuniões e pesquisas de mercado, o conselho editorial da revista chegou à conclusão de que o caminho para a salvação da *Raça Brasil* era a politização. A revista não estava mais preenchendo o vazio de informação e politização existente com foco na população negra, razão inicial para o seu surgimento. Com o tempo, a revista passou a ser identificada como mais uma publicação que estetizava e despolitizava a questão negra no Brasil, o que acabou significando uma queda vertiginosa no gosto do seu público-alvo e, conseqüentemente, nas vendas.

Essa situação pela qual passou a *Raça Brasil* é a prova do quanto a população negra tem sede por meios de comunicação que os representem de maneira justa na mídia, dando atenção para todas as nuances de suas vidas, sem cair nos estereótipos e simplismos que já acompanham esse povo há tantos séculos.

3.2 As tendências da mídia impressa

Considerando que a mídia exerce a função de refletir a sociedade em que se insere e, ao mesmo tempo, influenciar os caminhos escolhidos pela mesma, a única forma de conferir veracidade à teoria do caráter racista da comunicação seria através de uma análise detalhada das tendências observadas na cobertura de temas de interesse do povo negro. Foi o que fez a pesquisa “Imprensa e racismo – Uma análise das tendências da cobertura jornalística”, realizada pela ANDI¹⁶, com foco na mídia impressa.

De 2007 a 2010, os pesquisadores analisaram a cobertura de 45 jornais diários: cinco de abrangência nacional (O Estado de São Paulo; Correio Braziliense; Folha de São Paulo; O Globo e Valor Econômico) e 40 com alcance regional ou local, dentre os quais estão inseridos os chamados jornais “populares”. Dentro desse período de quatro anos, a

busca por textos teve como critérios a presença de palavras-chave relacionadas à cultura negra e questões raciais, como “negro”, “preto”, “afrodescendente”, “afro-brasileiro”, “racismo”, “intolerância religiosa”, “discriminação”, “preconceito”, etc. Em seguida, os textos passaram por uma triagem para definir o material que de fato seria utilizado como base para a análise.

Esse método de pesquisa permitiu a construção de uma base de dados que dá uma ideia não só da frequência com que se fala da população negra e das questões relacionadas a ela na mídia impressa, mas também da qualidade desses textos. A pesquisa da ANDI analisou um total de 1.602 notícias dentro do já mencionado período de quatro anos, procurando estudar em cada um deles a forma como se é abordado o tema do racismo, tendo em vista suas variações simbólicas. As conclusões a que chegaram os pesquisadores envolvidos são importantes para se observar as dinâmicas existentes entre as esferas que envolvem racismo, mídia e sociedade.

De acordo com a metodologia utilizada nessa pesquisa, as narrativas construídas através do jornalismo sobre a realidade racista no Brasil são, tecnicamente, de alta qualidade. Isso se dá pelo fato da maioria (73,9%) desses textos virem acompanhados de uma contextualização de fatos que procura dar ao leitor informações essenciais para que fique compreensível a questão central das notícias. Não há uma simples exposição de fatos, o que deixa transparecer o caráter editorial dos veículos de comunicação.

Essa contextualização é uma característica evidente principalmente nos textos explicitamente dedicados a questões relacionadas ao racismo, e não é uma constante nas notícias sobre violência física. Essa diferença é marcante e, inclusive, diz respeito também à perpetuação do ideário racista, como veremos um pouco mais a frente.

Quando falamos sobre textos jornalísticos que abordam a questão racial no Brasil de maneira direta, se trata basicamente de matérias que foram motivadas por momentos políticos onde o racismo estava em pauta, o que denota uma preocupação em se debater o preconceito no país, mas que não parte de uma vontade dos meios de comunicação de estimular o debate. Como é destacado pela pesquisa, o que dá ao racismo espaço nas coberturas de jornais é, principalmente, a política de cotas raciais (considerada o tema mais abordado nos veículos analisados) e casos isolados que chamaram atenção da opinião pública, tornando impossível não incluir o assunto na lista de pautas prioritárias.

É curioso perceber a distribuição ao longo do tempo da cobertura sobre racismo na mídia, já que a mesma segue alguns padrões. O estudo da ANDI mostra a existência de

picos nessa cobertura, onde são destacados o primeiro semestre de 2007 e a segunda metade do ano de 2010. Em 2007, há a concretização do que foi dito anteriormente sobre a relação entre a entrada do racismo na pauta de reportagens e o debate sobre cotas raciais, já que esse aumento da presença da questão racial nos jornais pode ser diretamente ligado a polêmicas surgidas nesse contexto. Na época, situações como as declarações da ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro¹⁷, foram apenas um dos acontecimentos que deram o empurrão necessário para que o debate sobre as cotas e o racismo no país se acendesse ainda mais.

Além desse caso ligado às estruturas de poder, o ano de 2007 também foi marcado pela instituição da Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261)¹⁸ e um atentado racista ocorrido em uma residência universitária da Universidade de Brasília no mês de março¹⁹, quando estudantes africanos foram vítimas de violência ao terem a porta do seu dormitório incendiada. Esse caso chamou atenção internacional, ganhando espaço não só na mídia brasileira como também na de outros países, conseqüentemente forçando o debate sobre racismo no Brasil a ser ampliado.

Essas situações mostram como, apesar dos veículos estudados possuírem produção altamente qualificada sobre temas raciais, o que coloca em pauta esses assuntos são as lutas e conquistas dos movimentos sociais que são aliados das causas do povo negro. Muitos outros pontos relevantes dessa luta ainda são deixados de fora pelos jornais, mas o pouco de visibilidade que é verificada nesses momentos específicos pode facilmente ser ligada às ações da sociedade civil.

Como foi visto, não há uma predisposição natural dos meios de comunicação no sentido de incentivar o debate e a expansão do conhecimento sobre as questões raciais no Brasil. No entanto, há um caráter ideológico evidente na cobertura realizada pelos veículos com relação a isso. Um dado que revela esse posicionamento é o fato de 21,5% dos textos analisados pela pesquisa da ANDI se colocar claramente contra mecanismos de enfrentamento ao racismo, como é o caso da política de cotas. Isso mostra como não há

¹⁷ “Não é racismo se insurgir contra branco, diz ministra”. *BBC Brasil*, 2007. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070326_ministramatildedb.shtml. Acesso em 15 de novembro de 2013.

¹⁸ “Conheça as principais ações da Agenda Social Quilombola, lançada pelo governo federal”. *Ministério da Cultura*, 2007. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2007/11/21/conheca-as-principais-acoes-da-agenda-social-quilombola-lancada-pelo-governo-federal/>. Acesso em 15 de novembro de 2013.

¹⁹ “Vídeo denuncia atentado racista na UnB e reitor negligente”. Vídeo no Youtube. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_noticia=14885&id_secao=29. Acesso em 15 de novembro de 2013.

pretensão por parte dos veículos de jornalismo impresso no sentido de buscar a imparcialidade em matérias cujo conteúdo central seja o debate sobre racismo. Em comparação com outros textos temáticos, o espaço no noticiário dedicado a assuntos relacionados à população negra tem uma quantidade significativa de textos opinativos, em geral contra as ações afirmativas direcionadas a esse povo, como já foi dito sobre as cotas raciais.

Dentre os resultados curiosos obtidos pela pesquisa, está o fato de ser um jornal de circulação regional, o *A Tarde*, da Bahia, o veículo que puxa o debate sobre o racismo no país em termos de quantidade de material produzido. Em segundo lugar está um dos mais tradicionais jornais do Brasil, *O Estado de São Paulo*, que, por sua vez, tem abrangência nacional. Esse dado é curioso, já que, olhando a pesquisa como um todo, os veículos de alcance nacional escolhidos pela ANDI são os que mais tocam nos assuntos derivados de questões raciais, mostrando que o conteúdo veiculado pelo jornal baiano contraria a tendência geral dos jornais regionais encontrados no país.

As regiões do Brasil também possuem peculiaridades em sua cobertura. Em termos quantitativos, o Nordeste é a região que tem melhor desempenho com relação a produção de conteúdo sobre racismo, concentrando 24,9% dos textos selecionados para a amostra da pesquisa. Em segundo lugar está o Sudeste, com 17,4%, seguido do Sul do país (13,8%) e Centro-Oeste (7,9%). A região Norte, com uma quantidade de notícias que corresponde a apenas 3,9% do total analisado, amarga o último lugar.

Com relação aos chamados “jornais populares”, os resultados também não são positivos. Sete veículos correspondentes a essa categoria foram analisados pela pesquisa e a sua participação no debate sobre racismo no tempo observado corresponde a apenas 1% do total. Ou seja, das 1.602 notícias separadas pela equipe do estudo, somente dezesseis foram publicadas em jornais populares.

Essa participação diminuta é especialmente preocupante ao se considerar não só a influência dos jornais na sociedade (muitas vezes esses jornais são os mais lidos em suas regiões), mas também por esses veículos possuírem uma tradição de dar certo ênfase às páginas policiais, que são produzidas dentro das redações regionais, sem serem retiradas de agências de notícia ou outros jornais de abrangência internacional. As seções que se dedicam às notícias sobre “casos de polícia” são parte importante do sistema de manutenção do racismo na mídia e o fato dessas notícias terem maior presença quantitativa

nos jornais populares em detrimento daquelas que estimulam o debate sobre o racismo é sinal de problema para o campo da comunicação.

Como já foi comentado anteriormente neste capítulo, a omissão e o silêncio dos meios de comunicação também contribuem para a perpetuação do racismo no ideário social, pois aprofunda a já bastante estabelecida invisibilidade do povo negro. A situação só é pior quando as representações do negro que são disseminadas pela mídia são estereotipadas, como o “malandro”, “bandido” ou “serviçal”. Dentro da amostra de jornais impressos mencionada neste capítulo, os textos analisados não reforçam estereótipos, mas também não contribuem para a visibilidade do povo negro.

O que acontece é uma separação entre a violência física da qual é um alvo primordial a população negra e a violência simbólica do racismo. Apesar de investirem no noticiário policial, a maioria dos jornais não faz nenhum tipo de reflexão sobre a quantidade significativamente maior de crimes que afligem indivíduos negros em comparação com os brancos. A violência física sempre tem espaço nesses veículos, mas o racismo como instrumento de violência simbólica e caminho para a violência física direcionada não ganha destaque²⁰. É o que mostra a análise da ANDI, onde, das 1.602 notícias estudadas, somente 3,3% fazem referência a casos de assassinatos de um grupamento populacional específico.

Sendo assim, o esforço dos movimentos sociais para alcançar a superação do racismo através de mecanismos de enfrentamento da violência simbólica se torna ainda mais relevante. Também por isso, os estados que mais aparecem nas notícias sobre racismo e maneiras de superação do mesmo são aqueles onde o Movimento Negro possui força significativa e onde surgiram as primeiras instituições de ensino superior com políticas de cotas raciais, que teve início com a Universidade de Brasília, no Distrito Federal, o segundo local mais mencionado no noticiário sobre racismo. As unidades da federação que mais são citadas nas notícias são Bahia (22,4%), Distrito Federal (15,7%), São Paulo (14,9%), Rio de Janeiro (12,8%) e Rio Grande do Sul (10,1%).

Ao se observar as localidades geográficas que ganham mais destaque nessas notícias, percebe-se que a questão racial é vista mais como um problema de caráter nacional, sendo as especificidades de locais menores, como regiões e cidades do interior, são colocadas em segundo plano. De acordo com os dados compilados pela pesquisa,

²⁰ “Jornais brasileiros separam violência e racismo”. *Raça Brasil*, 2012. Disponível em: <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/175/artigo277422-1.asp>. Acesso em 15 de novembro de 2013.

44,8% das notícias encontradas fazem referência ao Brasil em geral, enquanto 31,8% do total menciona alguma unidade da federação.

Essa configuração que atrai a discussão para uma esfera maior se repete quando olhamos dentro dos próprios estados. O material recolhido mostra que os centros urbanos estão em maior evidência no círculo de debates sobre políticas públicas de inclusão e valorização da cultura negra, deixando as necessidades da periferia e das áreas rurais em segundo plano. Notícias que dão destaque a projetos ou ações específicas no país veiculadas nos jornais impressos têm como foco principal as atividades realizadas nas capitais, que aparecem em 25,1% desse total. Já as regiões metropolitanas e pequenas localidades do interior são pouco mencionadas, correspondendo a 3,8% e 2,8% do total, respectivamente. Essa tendência é evidenciada novamente quando se observa o recorte prioritário dado aos espaços urbanos (que aparece em 22,8% das notícias) em detrimento das áreas rurais, encontradas em apenas 2,7% dos textos.

É interessante observar os assuntos centrais dos textos relacionados às questões raciais. O que se vê é uma concentração significativa nos debates dos mecanismos de enfrentamento ao racismo, em geral sobre a existência ou não de raças e como isso influencia o sistema de cotas e seus critérios. Na época estudada, as cotas raciais para instituições de ensino superior eram o tema central de 96,3% de todos os textos que abordavam a implantação de cotas para a educação. Dessas notícias, a simples menção dos diferentes graus de ensino quando se trata de cotas para a educação é muito diferente. Liderando, é claro, está o ensino superior, mencionado em 97,1% dessas notícias. Em seguida, e com percentuais drasticamente menores, estão o ensino médio (21,0%), o ensino fundamental (13,2%) e a educação básica (8,8%).

Entre os argumentos relacionados ao tema das cotas raciais que merecem atenção, estão a ideia de que a implantação desse sistema acabaria por promover uma “racialização” da sociedade brasileira, onde o racismo seria, ao contrário do que pretendem as cotas, ampliado. Essa teoria está presente em 21,9% dos textos analisados pela ANDI. Também é recorrente nos noticiários o discurso que vê nas cotas uma violação do princípio de igualdade perante a lei, argumento contrário a qual recorre 16,7% dos textos utilizados como referência pela pesquisa. Por outro lado, 27,1% dos textos apresentam também argumentos favoráveis ao sistema de cotas. Uma parte considerável do total, 28,8% se limita a descrever como se deu a formulação e implantação do sistema, sem emitir nenhum tipo de opinião sobre o assunto, o que também pode ser considerado prejudicial.

Também ganham destaque os dados sobre desigualdades sociais entre raças e etnias, apesar de não haver uma reflexão tão profunda sobre esse tema, principalmente ligando tal desigualdade à realidade de uma sociedade racista. Em terceiro lugar está a temática da violência, seja ela física ou simbólica. Essa posição é notadamente desfavorável pelo já mencionado fato de permitir uma invisibilização dos conflitos raciais existentes no país, algo recorrente e que não recebe a devida atenção por parte da mídia.

O ponto mais marcante desse estudo talvez seja a constatação de uma dificuldade da mídia de fazer uma análise sobre si mesma com relação a sua contribuição para uma estrutura social racista. Um dado muito importante para essa conclusão é o pequeno percentual de textos encontrados que fazem essa ponte entre mídia e racismo, trazendo a discussão sobre os meios de comunicação para dentro dos próprios veículos. Os resultados encontrados pelos pesquisadores da ANDI apontam para o ínfimo percentual de 2,4% de textos que abordam a relação entre mídia e racismo, o que dá uma ideia do grau de rejeição desse debate por grande parte dos meios de comunicação de massa.

Por fim, os dados apresentados só comprovam o padrão midiático mencionado anteriormente neste trabalho onde os veículos seguem o padrão social e não falam sobre a questão racial, os estereótipos e os mecanismos de invisibilidade e negação associados a eles continuam sendo uma realidade concreta, assim como a violência sutil que se aproveita desse quadro para se estabelecer. Quando não se fala sobre esse assunto na grande mídia, as representações raciais carregadas de preconceitos históricos que vigoram no ideário social e as desigualdades oriundas delas são consideradas algo normal, tendo sua complexidade racionalizada e seus efeitos banalizados.

4. “MENSAGEIRO DA VERDADE”: O CASO DE MV BILL

*“O sujeito, que não era visto, impõe-se a nós. Exige que o tratemos como sujeito.
Recupera visibilidade, recompõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói”
(Celso Athayde)*

A discussão deste capítulo consistirá em uma reflexão acerca da imagem do rapper MV Bill como representante da população negra e favelada. É importante salientar que o rapper se colocou na posição de representante dessa população ao reforçar a sua própria imagem como pessoa negra e morador de favela. No entanto, é curioso reparar como a população que corresponde à mesma realidade de MV Bill não o considera mais um representante, fato que pode ser justificado pela modificação das posições políticas do rapper, principalmente no momento em que ele decidiu se relacionar profissionalmente com grupos antes considerados opressores. Antes de entrar no assunto, é preciso destacar que a análise se trata de uma observação afastada do objeto, realizada com base no estudo da trajetória de MV Bill e seus discursos que vieram a público, além de observações feitas pelos seus fãs e pessoas que acompanham o movimento negro e de favelas.

MV Bill é o nome artístico de Alex Pereira Barboza. Nascido na Cidade de Deus, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Alex ganhou o apelido de Bill dos amigos da CDD, como é comumente chamado o bairro em que nasceu. Já a sigla “MV” significa “mensageiro da verdade”. De acordo com MV Bill, esse apelido foi dado por algumas senhoras da Cidade de Deus²¹ que, ao ouvirem as músicas feitas por Alex sobre a realidade do bairro, afirmaram que ele retratava o cotidiano do local, levando a verdade para as letras do *rap* e *hip hop*. Assim começa a trajetória de MV Bill, que rapidamente se tornou uma espécie de representante das vozes marginalizadas da cultura negra e favelada.

Inicialmente, MV Bill se relacionava apenas com a música, com a qual se envolveu a partir do contato com o movimento *hip hop*. Esse movimento é fruto da história musical negra, sendo originado a partir da fusão de estilos como o *blues*, *soul* e *jazz*, de origem americana, e outras vertentes dos estilos musicais diversos de cada lugar onde o *hip hop* se

²¹ “Mensageiro da Verdade: MV Bill”. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/MV%20BILL.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

instalou e ganhou espaço²². No Brasil, esse movimento teve início em São Paulo, onde a população mais excluída da capital viu na música, dança e outras expressões da cultura *hip hop* uma forma de expressar a sua própria riqueza cultural, tão invisibilizada e estigmatizada por representar a população da periferia.

Para MV Bill, o contato que mais impulsionou a relação com esse movimento foi com o filme “*Colors – As cores da violência*”²³, de Dennis Hopper. Depois desse momento, o jovem da Cidade de Deus passou a ser cantor de *rap* e militante, atuando tanto no movimento da cultura *hip hop* quanto no movimento negro e de favelas. Em 1999, MV Bill reafirma o seu compromisso de militância com as favelas ao fundar a ONG Central Única das Favelas (CUFA), com o produtor Celso Athayde e a rapper, ativista e produtora Gisele Gomes de Sousa, mais conhecida como Nega Gizza

O primeiro trabalho musical de MV Bill foi o disco *CDD Mandando Fechado*, lançado em 1998. As músicas que fazem parte desse CD contam histórias de moradores do bairro em que Bill nasceu, apenas com nomes diferentes para preservar as identidades dos indivíduos em questão. Essa primeira obra já foi um indicador da vontade de MV Bill de não só dar voz a uma parcela da população que é constantemente ignorada, mas também de se colocar na posição de porta-voz dessas pessoas, levando a realidade deles para o espaço público. É a tomada do título de “mensageiro da verdade”.

No entanto, o álbum de estreia oficial de MV Bill foi *Traficando Informação*, lançado em 2000 pela gravadora Natasha Records. O interesse dessa gravadora no trabalho de MV Bill já é uma mudança que merece atenção. A gravadora Natasha Records foi criada em 1992 pelo aclamado músico e produtor Caetano Veloso com sua então esposa, a produtora Paula Lavigne. Os dois nomes de peso que norteiam a gravadora são uma indicação da entrada inicial de MV Bill no *mainstream*, passando de cantor independente para novo investimento musical. Na música que dá nome ao álbum, o tema é, novamente aspectos que fazem parte do cotidiano da Cidade de Deus. Entre os temas abordados estão a violência simbólica e física contra a população negra.

²² “Hip hop: o movimento das periferias”. Disponível em:

http://portalraizes.org/index.php?option=com_content&view=article&id=14:hip-hop-o-movimento-das-periferias&catid=8:nossa-ginga&Itemid=9. Acesso em 20 de novembro de 2013.

²³ O filme fala sobre as rivalidades entre gangues e a tentativa de controle da situação por parte da polícia na cidade de Los Angeles, Estados Unidos. A história se concentra na briga entre duas gangues reais, os *Bloods* e os *Crips*. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-37995/>. Acesso em 3 de dezembro de 2013.

Traficando informação (diariamente conviver com esta situação)
Eu não quero ver minha coroa cheia de preocupação
Com medo que eu seja preso confundido com ladrão
O sistema de racismo é muito eficaz
Pra eles um preto à menos é melhor que um preto à mais
CDD, Zona Oeste, Jacarepaguá, aqui o gatilho fala mais alto, pá pá pá
Os heróis da *playboyzada* vivem na televisão
Os heróis da molecada, aqui tão de fuzil na mão
("Traficando informação" – MV Bill)

Como já foi observado nos capítulos anteriores deste trabalho, a população negra e pobre sofre com a violência física e simbólica, da qual faz parte a invisibilidade na mídia e, quando consegue algum espaço nos meios de comunicação, é somente ocupando posições estereotipadas, por opção da cobertura realizada pelos veículos noticiosos e meios de expressão cultural, como o cinema e a televisão. Por esses motivos, essa população não confia mais nos discursos construídos pela mídia sobre eles mesmos, dando mais credibilidade a alguém que vive essa realidade e pode falar sobre ela a partir de uma posição de destaque e poder. Sendo assim, o sucesso das canções de MV Bill rapidamente colocaram-no nessa posição de "mensageiro da verdade", recebendo um forte apoio inicial da população sobre quem falava. E o *rapper* também se coloca nessa posição por vontade própria, não só por optar por esse nome artístico, mas também por reforçar essa imagem em seu discurso e letras de música, como se vê no trecho de "Traficando informação" onde ele diz: "MV Bill, mensageiro da verdade/MV Bill, falando pela comunidade/Se tiver coragem vem aqui pra ver/A sociedade dando as costas para a CDD".

As polêmicas com MV Bill começaram a surgir em 2000, logo depois do lançamento do seu álbum de estreia. A música "Soldado do morro" chamou atenção por tratar de assuntos considerados tabus, como preconceito, crime e mídia. A letra diz:

É muito fácil vir aqui me criticar
A sociedade me criou agora manda me matar
Me condenar e morrer na prisão
Virar notícia de televisão
Seria diferente se eu fosse mauricinho
Criado a Sustagem e leite Ninho
Colégio particular depois faculdade
Não, não é essa minha realidade
("Soldado do morro" – MV Bill)

Mesmo sendo uma letra com críticas fortes e importantes, não foi o conteúdo da música o que causou mais polêmicas e, sim, o videoclipe²⁴ feito para ela. O vídeo foi acusado de apologia ao crime²⁵ por mostrar cenas de crianças e adolescentes com fuzis de madeira, ao lado de traficantes e do próprio MV Bill. É interessante observar como essa possibilidade foi levada a sério por muitos meios de comunicação, que se limitavam a descrever as acusações relatadas pela polícia, evitando entrar em detalhes sobre o conteúdo do vídeo de MV Bill.

O videoclipe de “Soldado do morro” começa com uma reportagem televisiva do fictício “Jornal do rap”, na qual é divulgada a existência de campos de concentração no “país do carnaval e do futebol”, fazendo referência a lugares onde crianças e adolescentes vivem em condições subumanas, muitas vezes acabando por morrer ao se envolverem com os trabalhos do tráfico. Um dos momentos mais interessantes dessa notícia inventada é a menção às supostas denúncias que apontam como culpados os bandidos que estão escondidos dentro das comunidades onde se desenvolve o tráfico, enquanto os moradores dizem que os verdadeiros culpados estão do lado de fora das favelas. No fundo dessa imagem, jovens negros se cumprimentam e fazem uma fila para falar com um homem que está atrás de uma mesa, aparentemente distribuindo e organizando as funções do dia para os ajudantes do tráfico.

Apesar da rotina dos jovens envolvidos com o tráfico ser de amplo conhecimento da população, a trajetória desses indivíduos nunca recebeu muita atenção por parte da mídia, que, como já foi mencionado anteriormente neste mesmo trabalho, reserva a oportunidade de para tocar no assunto somente quando os jovens acarretam algum problema para a população “do asfalto”. O estilo de vida da população de maioria negra e pobre que ocupa as favelas não é visto como um problema até o momento em que essas pessoas interferem na rotina de quem está bem longe de lá, grande parte das vezes ao cometerem crimes do lado de fora das favelas. A ideia de construir uma reportagem televisiva falsa para conferir certa veracidade ao que estava sendo dito no início do clipe também remete ao fato de a mídia não se interessar por essas pessoas, sugerindo que, por isso, os próprios moradores do morro tomam a função de produtor e disseminador de conteúdo para si mesmos.

²⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZroasJ914o>. Vídeo do Youtube. Acesso em 25 de novembro de 2013.

²⁵ “Polícia investiga se clipe de MV Bill faz apologia ao crime”. *Folha de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u8351.shtml>. Acesso em 25 de novembro de 2013.

Antes mesmo do vídeo ser oficialmente divulgado, o número de críticas sobre o trabalho de MV Bill na mídia já era grande. No final de 1999, o *rapper* cantou “Soldado do morro” no Free Jazz Festival²⁶, onde ele se apresentou com uma pistola modelo PT 40 na cintura. De acordo com o cantor, a arma não oferecia risco a ninguém por estar travada. A sua assessoria afirmou que a arma era de brinquedo.

MV Bill faz menção aos dois fatos na música “Camisa de força”:

A madame se assustou, a favela me deu dez
Quando eu entrei sem camisa de pistola no Free Jazz
Pra quem dúvida ainda tem muito mais,
Eu faço apologia não do crime e sim do paz
(...)É o armamento o povo que se formar
Veja seu descaso e arrogância no que vai parar
Pode esnobar quem vive de baixa renda,
Quando o sangue bater em sua porta espero que você entenda
E descubra que ser preto e pobre é foda
Sociedade hipócrita só lembra de ser brasileiro na Copa
 (“Camisa de força” – MV Bill)

O opinião pública com respeito ao inquérito aberto contra MV Bill começou a mudar no início de 2001²⁷. A polícia concluiu que as cenas do videoclipe em que MV Bill aparece ao lado de traficantes não faziam apologia ao crime, já que o objetivo final do cantor era fazer uma denúncia, exibindo a difícil realidade das crianças que moram nas favelas do Rio de Janeiro e acabam sendo forçadas a se aliar ao tráfico por falta de educação de qualidade e outras oportunidades. "Concluí que MV Bill não participa do comércio de drogas, ao qual ele se opõe por completo. Ele não oferece qualquer risco à sociedade", disse na época o delegado Paulo Guimarães, da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE). Para o delegado, a participação de MV Bill em palestras sobre a questão do tráfico também influenciaram na decisão final da polícia, visto que esse envolvimento dava a entender que a intenção do cantor era solucionar o problema, não incentivá-lo.

O caminho de MV Bill continua a ser acompanhado de perto pela mídia nos anos que se seguem. Em abril de 2005, MV Bill lança a sua carreira de escritor ao publicar seu primeiro livro: *Cabeça de Porco*, que foi co-escrito com Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares. A linha temática dos trabalhos de Bill continua a mesma, sendo o livro centrado na

²⁶ “Mv Bill armado cantando Soldado do Morro ao Vivo no Free Jazz Festival”. Vídeo do Youtube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AK8t84OpJdM>. Acesso em 26 de novembro de 2013.

²⁷ “Polícia diz que MV Bill não fez apologia ao tráfico”. *O Estado de S. Paulo*, 2001. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2001/not20010220p5084.htm>. Acesso em 26 de novembro de 2013.

relação entre jovens e criminalidade, com o apoio de dados retirados de pesquisas e entrevistas com adolescentes que se envolveram desde cedo com o mundo do crime.

Em 2006, chega o momento do lançamento do famoso segundo livro e premiado²⁸ documentário *Falcão – Meninos do tráfico*, trabalho que iria transformar de maneira definitiva o grau de influência do *rapper* nos mais variados círculos de debate social, mais uma vez resultado de uma parceria com Celso Athayde. A partir desse momento, a aparição de MV Bill na mídia começa a mudar. Inicialmente uma voz marginal que tinha dificuldade em ser compreendida pelos grandes detentores do poder, o cantor da Cidade de Deus agora ganhava repercussão nacional e internacional.

O documentário *Falcão*, que foi produzido junto com o livro de mesmo nome, foi exibido no *Fantástico*, programa dominical da Rede Globo. A transmissão durou 58 minutos, cerca de metade do tempo total do programa. Desde 1973 a emissora não transmitia um documentário realizado de forma independente no espaço destinado para o *Fantástico*, que então era um dos programas de maior audiência da Rede Globo. Esse fato comprova a importância dada ao conteúdo liberado por Bill e Athayde, ainda mais considerando que o programa dominical da Globo não costumava tocar em assuntos tão pesados, muito menos dar voz aos grupos da periferia.

A grande luta desses meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece o nosso valor, não preza a nossa existência, não devolve a nós nossa imagem munida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento (Depoimento do sociólogo Luiz Eduardo Soares. *Ônibus 174*, 2002).

Falcão – Meninos do Tráfico é resultado de seis anos de pesquisas e entrevistas em favelas do Brasil. Durante esse extenso período, MV Bill e Celso Athayde percorreram as comunidades em busca de depoimentos de jovens que entraram no tráfico, tentando entender as suas motivações e a maneira como levam a sua curta vida. A história é ainda mais triste ao ser explanado o fato de que dos dezessete jovens entrevistados por MV Bill, dezesseis acabaram por falecer num espaço de apenas dois anos. O único sobrevivente do grupo foi preso.

²⁸ “Documentário *Falcão - meninos do tráfico* ganha prêmio na Espanha”. *Jornal Nacional*, 2007. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL571521-10406,00-DOCUMENTARIO+FALCAO+MENINOS+DO+TRAFICO+GANHA+PREMIO+NA+ESPANHA.html>. Acesso em 26 de novembro de 2013.

O documentário devia ser exibido pela Rede Globo em 2003, quando o acordo foi acertado entre os empresários da emissora e os produtores do filme. Poucos dias antes da data em que *Falcão* deveria ir para o ar, MV Bill e Athayde suspenderam a autorização dada, alegando motivos pessoais. Ainda assim, a emissora insistiu na ideia de transmitir o filme, sem explicitar os motivos que levavam a uma vontade tão súbita de inovar na programação. Dois anos e meio depois, a Rede Globo consegue novamente a autorização dos realizadores para transmitir o documentário – e investe pesado na divulgação. Estimativas apontam para um gasto de R\$ 20 milhões com propaganda para diferentes meios de comunicação em todo o Brasil, chamando espectadores para o dia 19 de março de 2006, quando ocorreu a primeira transmissão.

Falcão foi um momento marcante para a carreira e militância de MV Bill. Com o sucesso do documentário, o *rapper* passou a ter altíssima visibilidade na mídia, assim como os seus trabalhos que seguiram. Ainda em 2006, Bill lança mais um CD, o *Falcão, o Bagulho é doido*, lançado pela gigante Universal Records, e mais um livro de sua autoria, que também leva o nome dos últimos trabalhos: “Falcão – Mulheres e o tráfico”, onde há a uma temática semelhante ao do livro sobre os meninos, mudando apenas o foco para a situação feminina nas favelas.

Nos anos seguintes, Bill continuaria a se afirmar cada vez mais como representante da população negra e favelada, mas se afastando da militância com a qual o *rapper* afirma ter se envolvido nos primeiros momentos do seu contato com o movimento *hip hop*. De certa forma, foi a militância que o colocou nesse lugar de destaque, por incentivar nele a percepção de que a parcela da sociedade na qual Bill se inseria era deixada de lado nos processos de decisão orquestrados pelas esferas de poder. Mesmo logo deixando de participar das ações militantes dos movimentos sociais, MV Bill logo se auto identifica como porta-voz de muitas dessas pessoas, ao se transformar no “mensageiro da verdade” e decidir que, a partir do lugar em que está, tem mais propriedade para falar da realidade ao seu redor em seus trabalhos artísticos.

Em uma entrevista para a Carta Maior junto com Celso Athayde realizada logo depois da transmissão de *Falcão* no programa Fantástico em 2006, MV Bill afirmou o seu compromisso em trazer a visibilidade para a dura realidade da população excluída por pertencer à periferia. Inclusive, ele aponta como as pessoas que se tornam famosas parecem ter dificuldade em deixar claros seus pontos de vista e defender debates sociais no espaço midiático. Segue um trecho da conversa:

O fato de morar na Cidade de Deus, ser nascido e criado lá, faz com que enxergue as coisas diferente. Não consigo ver como bandido quem brincou comigo quando era criança. Todos os meus amigos de infância estão mortos. Os que estão vivos são cadáveres ambulantes. Tive uma infância padrão para quem nasce em comunidade. Estudar até onde der. Conciliar estudo e trabalho. Uma hora tem que optar porque fica muito difícil. Na favela tem o que chamo de sonhos adiados. Descobri que o tráfico, de forma trágica, dá respeito, visibilidade. Andar com uma arma na favela impõe respeito. Todo mundo quer ser visível. Encontrei a música, mas ela não é o único caminho. É um dos caminhos. Não tem o mesmo caminho para todos. Procurei retratar isso nas músicas. Quando criamos a CUFA, tivemos a oportunidade de praticar o discurso. O projeto todo pratica. Conversar com as pessoas, mostrar a realidade. Não só cantar. Falo e brigo por interesses de outras pessoas. Porque, geralmente, as pessoas que ficam famosas e têm espaço na mídia acham difícil defender. Nós vamos continuar fazendo o que já fazemos há muito tempo, a inclusão da comunidade através da CUFA. Trazendo os problemas para discussão. (BILL, 2006.²⁹)

É curioso ler esse discurso de Bill hoje, porque a impressão que se tem é de que o mesmo movimento de ganhar fama e se afastar da militância aconteceu com ele. Em um dos debates promovidos por MV Bill e Celso Athayde através da CUFA como parte do projeto *Falcão*³⁰, Bill responde a uma jovem do movimento negro que ele não faz parte de nenhum movimento específico. O *rapper* vai além, dizendo "Eu deixei de ser o movimento negro, passei a ser o preto em movimento." O cantor e escritor se justifica dizendo que por um tempo tentou participar da militância, mas via no movimento negro uma certa animosidade entre as pessoas que participavam dele, comentando que chegava à conclusão de que muitos tinham raiva uns dos outros. Por isso, MV Bill diz que preferiu se desvincular e fazer algo sozinho.

Por mais que a situação diga respeito a uma escolha pessoal de se desvincular da militância, a verdade é que, para alguém que se reconhece como um dos representantes da população da periferia, não se relacionar com os movimentos sociais não é uma boa forma de se manter nessa posição. As organizações da sociedade civil, das quais a CUFA de MV Bill também faz parte, procuram se relacionar com a população através desses movimentos, onde é construído o processo de politização dos indivíduos e luta por direitos. Renunciar a uma relação com esses movimentos é uma forma de se isolar em um local de

²⁹ "Rapper lança documentário, livro e álbum sobre meninos do tráfico". *Carta Maior*, 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Rapper-lanca-documentario-livro-e-album-sobre-meninos-do-trafico/12/9257>. Acesso em 26 de novembro de 2013.

³⁰ MV Bill fala sobre Movimento Negro. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EKjfUysPFDo>. Vídeo do Youtube. Acesso em 27 de novembro de 2013.

poder que não é nada mais que posições de destaque e credibilidade às quais se chegou através da estrutura de exposição seletiva proposta pela mídia, se afastando da realidade da parcela da sociedade que se procura representar, além de diminuir a aceitação dessas pessoas que o consideram um representante.

Recentemente, o *rapper* ainda teve o seu potencial de representatividade questionado por alguns de seus fãs³¹ ao aceitar participar da novela de maior duração da Rede Globo, *Malhação*. No segundo semestre de 2010, MV Bill estreou na 18ª temporada da novela no papel de Antônio, viúvo e pai de uma jovem grávida, com quem mora na periferia. Os fãs do cantor logo acharam a decisão contraditória, já que esse passo na direção de uma ainda mais intensa relação e colaboração com a mídia não condizia com as críticas que Bill fazia sobre a mesma, inclusive em suas letras de *rap*. A Rede Globo e a *Malhação* já tinham sido alvos de duros comentários na letra da música “Pare de Babar”:

Complexado, escravo da televisão
Novela das 6, novela das 7, novela das 8, *Malhação*
Se soubesse como é bom ser original
Parava, baba ovo, e caía na real
Espero que você aprenda como nós
E pare de babar o ovo de playboy
Preto se achando amarelo, mulato, branco, marrom bombom
Puxando o saco dos playboys que aparecem na televisão
Se liga preto por fora, branco por dentro
 (“Pare de babar”- MV Bill)

Questionado pelos seus admiradores, MV Bill se armou de argumentos para se defender da sua própria transformação de pessoa que lutava contra as formas de comunicação hegemônicas, exigindo a exibição de sua realidade na mídia, seja através da música ou dos filmes, para uma pessoa que se tornou aliada da maior empresa de comunicação do país, que é constantemente criticada por reforçar a imagem do povo negro e favelado de forma estereotipada. MV Bill argumentou, em entrevista dada via Twitter³²:

Sempre fui muito crítico a novelas e sempre questionei a presença dos favelados e dos pretos. Na própria novela em que vou participar, também nunca consegui me ver. Mas há uma mudança no comportamento da direção do programa, entendendo a importância de ter uma novela

³¹ “MV Bill na *Malhação* e no *Faustão*?”. *Noticiário periférico*, 2010. Disponível em: <http://www.noticiario-periferico.com/2010/07/mv-bill-na-malhacao-e-no-faustao.html>. Acesso em 3 de dezembro de 2013.

³² MV Bill explica porquê aceitou entrar em '*Malhação*'. *O Globo*, 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/megazine/mv-bill-explica-porque-aceitou-entrar-em-malhacao-ha-uma-mudanca-no-comportamento-da-2963206>. Acesso em 27 de novembro de 2013.

condizente com a diversidade e os conflitos do povo brasileiro. Seria uma contradição minha não participar, já que propus mudanças em vários setores. E penso que, quando jovens de favela me assistirem participar, pensarão que esses lugares também podem ser ocupados por eles. (MV BILL, 2010)

Na mesma entrevista, Bill deixa claro que continua a acreditar no fato de que, ao se tornar famoso, um negro se torna incolor aos olhos de muitas pessoas, no sentido de que só assim é possível para uma pessoa negra se ver um pouco livre do racismo da sociedade, do qual é alvo diariamente. "Continuo a afirmar que, para quem fica famoso, a cor deixa de ser um fator determinante", reitera MV Bill.

Críticas contra *rappers* que desenvolvem uma relação mais intensa com a mídia são constantes no universo do *hip hop*, já que esse movimento costuma rejeitar os grandes veículos que, em sua maioria, não contribuem para a visibilidade do povo negro. Outro alvo dessas críticas, o *rapper* Emicida escreveu em sua página na rede social Facebook³³ um texto sobre o assunto que pode ser relacionado ao discurso de MV Bill:

Nestes anos, não preciso mentir, ganhei um dinheiro que nunca tinha imaginado, gastei também, muito aliás, estudando principalmente. [...] Estes estudos me mostraram que desde a escravidão somos desunidos, aliás essa desunião favoreceu muito os escravistas, que utilizavam esse separatismo pra alavancar seus interesses podres. Combato isso dia após dia: a desunião. [...] Nestes anos fizemos os jornais mais conservadores/preconceituosos e racistas também elogiarem o hip hop e reconhecerem que ali havia algo muito valioso a ser conhecido e reconhecido pela cultura brasileira. Fomos a programas de TV e de rádio, locais que sempre ridicularizavam o rap, e os fizemos, através de nosso esforço, respeitarem isso. Sempre voltam as críticas e os aplausos, sempre mais aplausos [...] E quem critica, fez o quê? Vai contar o quê? Construiu o quê? [...] Eu e meu pessoal, que é muito mais gente do que os que trabalham aqui no Lab todo dia, nós fizemos o rap ser capa dos cadernos de cultura mais elitistas de uma forma respeitosa, alcançando e mudando a perspectiva de milhares de pessoas. (EMICIDA, 2013)

Sem dúvidas, é um avanço ver a valorização do trabalho desses cantores, negros e originários de lugares considerados periféricos. No entanto, não basta a visibilidade de pessoas pontuais em momentos isolados da História para avistar um horizonte de superação do racismo, pois sempre existe o risco dessas pessoas serem absorvidas pelo sistema contra o qual estão lutando.

³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/EmicidaOficial/posts/514341791956831>. Acesso em 4 de dezembro de 2013.

Que significado está por trás do momento em que a cor da pele deixa de ser um fator determinante para quem se torna famoso? Essa mudança na visão social pode ser verdadeira, mas para os milhões de brasileiros que vivem sem nunca alcançar a fama, essa nova atitude de MV Bill pode significar mais um problema do que uma conquista. Quando uma pessoa que é, inicialmente, ícone dos movimentos negro e de favelas prefere se afastar desses círculos e ir atrás de conquistas de forma solitária, isso dá a entender que a coletividade não é o caminho para a superação das estruturas que marginalizam uma grande parcela da população. Como foi dito anteriormente neste mesmo trabalho, no processo de superação do racismo não basta um negro ter visibilidade e ser considerado uma pessoa importante nos círculos de poder. É preciso abrir espaço para a população marginalizada como um todo e é isso que se espera de um representante real. É isso que poderia ter sido MV Bill, ainda mais sendo ele uma pessoa que, aos poucos, conquistou seu espaço definitivo na mídia, como foi mostrado ao longo deste capítulo.

5. CONCLUSÃO

A relação entre racismo e mídia não é exatamente uma novidade. Muitos pesquisadores já se dedicam a esse tema há anos, o que permite a qualquer interessado o acesso a uma ampla bibliografia sobre o assunto. Durante a pesquisa deste trabalho, foi possível observar diversos lados dessa mesma questão, já que diferentes esferas e estruturas estão envolvidas de forma complexa.

O fenômeno do racismo, por si só, é de grande complexidade e não há a pretensão de abordá-lo em todas as suas possibilidades. Este trabalho procurou reunir conceitos clássicos sobre o racismo e as suas origens cujos significados podem ser adaptados à realidade da sociedade brasileira. O recorte foi importante para, desde o momento mais introdutório, direcionar a leitura que iria se desenvolver em uma análise sobre a mídia deste país e sobre uma figura nacional, no caso o MV Bill.

Com esse olhar geográfico específico, é possível perceber que o Brasil vive uma situação especial no que diz respeito ao reconhecimento do racismo dentro da sua estruturação social, política e econômica. Pelos motivos explicados no primeiro capítulo, é uma constante ouvir que vivemos em um país sem racismo. Essa teoria, mesmo já tendo sido desacreditada, ainda povoa o imaginário de muitos brasileiros, que acreditam inclusive na fácil mobilidade social desde que haja um esforço particular para alcançar os objetivos de “mudar de vida”. No entanto, o que os dados expostos neste trabalho mostram é que esse pensamento é apenas uma forma de ignorar o preconceito entranhado nas mais variadas instâncias da sociedade.

O caso de MV Bill não pode ser considerado uma análise definitiva, é claro, já que se deve levar em consideração todas as nuances relacionadas às atitudes de uma pessoa pública, além do fato do *rapper* ainda ter muitos anos de carreira e exposição midiática pela frente. Talvez o mais interessante da figura construída pelo Alex da Cidade de Deus seja o seu desejo de levar a verdade sobre as pessoas com quem conviveu para a mídia, inicialmente através da música e, em seguida, como consequência de outras atividades com as quais se envolveu. O “mensageiro da verdade” claramente sentia necessidade de ser visto e ouvido, assim como seus companheiros que sofriam por serem negros e morarem na favela. A mídia é, sim, um espaço de afirmação pessoal, e o desejo constante de MV Bill de tornar histórias de um grupamento social um conhecimento público é uma prova do quanto essas pessoas são praticamente invisíveis para as grandes redes de comunicação.

Mais uma evidência do tal preconceito, que atinge até mesmo pessoas negras que, por aceitarem o discurso que as acompanha há tantos anos, preferem se classificar como “moreninhas”.

Esse modo de pensar não se mantém sozinho. Ele é incentivado por veículos de comunicação diariamente, que propagam a ideia da meritocracia e, seja sutilmente ou de maneira descarada, incentivam a contínua formulação de estereótipos sobre os setores mais prejudicados pelas próprias instituições que deveriam olhar por eles. Os jogos de poder envolvidos nesse quadro não cabem neste trabalho, mas podem ser encontrados em muitos outros meios de comunicação que se inserem na categoria “alternativa”, tendo um alcance reduzido, mas buscando levar ao público uma série de informações que são deixadas de fora pela grande mídia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDI, **Imprensa e racismo**. Disponível em:
http://www.andi.org.br/sites/default/files/Imprensa-e-Racismo_FINAL_14dez-2012.pdf.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**, 2013.
Disponível em: <http://www.amnesty.org/pt-br/region/brazil/report-2013>.
- ARAÚJO JUNIOR, A. **Hip hop: o movimento das periferias**. Sem data. Disponível em:
http://portalraizes.org/index.php?option=com_content&view=article&id=14:hip-hop-o-movimento-das-periferias&catid=8:nossa-ginga&Itemid=9. Acesso em 20 de novembro de 2013.
- ARAÚJO, J. **A negação do Brasil**. São Paulo. Senac, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CANO, I. **Racial Bias in lethal police action in Brazil**, s/data. Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs00/gt15/00gt1531.doc>.
- DAMATTA, R. **O que é o Brasil?**. Rio de Janeiro. Rocco, 2004
- DU BOIS, W.E.B. **As almas da Gente Negra**. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 1999.
- IPEA, **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, 2011. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>
- JONES, C.P. **Confronting institutionalized racism**, Phylon, sem data
- LIMA, V. **Regulação das Comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Tese de livre docência em Antropologia: FFLCH-USP, 1997
- RAMOS, S. **Minorias e prevenção da violência**. In: SPOSATO, K. (Org.). **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002
- RAMOS, S (Org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- TORRES, Fernando. **Saudades da agulha hipodérmica**. 2003. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/gue0204200396.htm>. Acesso em 2 de dezembro de 2013.
- VARJÃO, S. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008
- VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. **Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência)**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101996000400005&script=sci_arttext.

WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência 2012 – A cor dos homicídios no Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf. Acesso em 7 de novembro de 2013.

_____. **Mapa da Violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil**.

Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf.

Acesso em 7 de novembro de 2013.

_____. **Mapa da Violência. Os Jovens do Brasil**. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_1.pdf.

Mensageiro da Verdade: MV Bill. Sem data. Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/media/MV%20BILL.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2013.